

GENERAL J. J. NEVES CARDOSO
TEN. COR. J. C. PAIS

A PROTECÇÃO CIVIL E A DEFESA

SUMÁRIO

1. Objectivos da Protecção Civil — Função da Análise dos Riscos e da Situação Política, Social e Económica

— Os objectivos da protecção civil nos diversos países do mundo são idênticos, embora nuns países se dê ênfase e prioridade às catástrofes naturais e noutros à catástrofe guerra. Isto decorre obviamente da análise dos riscos que impendem sobre cada comunidade nacional.

— Em alguns países a análise referida define a guerra como a catástrofe de maior risco, sendo implementados sistemas de defesa civil avançados com meios de actuação poderosos. A construção de abrigos familiares e públicos assume nestes países grande importância e consome recursos financeiros consideráveis. Noutros países, a análise de riscos determina que seja dada prioridade às catástrofes naturais apesar de a guerra também ser uma catástrofe possível. Para esta definição de prioridade por certo não é estranha a situação política, económica e social própria, a carência de estruturas e meios financeiros e a difícil aceitação por parte da população de gastos acrescidos com a defesa nacional.

— Na Europa esta constatação é notória.

Enquanto nos países mais desenvolvidos do Norte a guerra convencional ou nuclear constitui a principal preocupação dos sistemas de Defesa Civil respectivos, nos países menos desenvolvidos da orla mediterrânica as catástrofes naturais, algumas de ocorrência frequente e quase cíclica, constituem problemas de difícil solução para os sistemas de Protecção Civil.

Portugal está neste caso.

2. O Sistema de Protecção Civil em Portugal

- Nível nacional — Primeiro-Ministro — SNPC
- » regional — Governos Cívís — CCPC
- » local — Presidentes das Câmaras — OMPC

— Estrutura coordenadora com o objectivo de potenciar as capacidades úteis dos vários organismos tirando deles o máximo rendimento quando empenhados em acções de protecção civil.

— Portugal é um país pequeno com meios e recursos reduzidos. As acções de protecção civil a executar, nomeadamente as operações de socorro e assistência na ocorrência de catástrofes, determina muitas vezes a mobilização rápida de grande volume de meios e pessoal.

Há por isso necessidade do apoio das Forças Armadas, tanto em pessoal como em meios especiais, nomeadamente de transporte.

Para assim concluir-se que o Sistema de Protecção Civil é um sistema misto pois que sendo uma estrutura civil da responsabilidade das autoridades político-administrativas, com forças próprias, vai buscar grande parte da sua capacidade de intervenção ao apoio das Forças Armadas a que frequentemente recorre.

3. Auxílio Internacional

— Nos últimos anos a ocorrência de grandes catástrofes em Portugal tem provocado grandes prejuízos materiais que representam sempre considerável diminuição na produção de riqueza (o terramoto dos Açores de 1 de Janeiro de 1980, que atingiu apenas 3 ilhas, provocou prejuízos estimados em 420 milhões de dólares, o que representa o dobro do orçamento anual do arquipélago de 9 ilhas).

— Na circunstância, Portugal teve necessidade de recorrer ao auxílio de países amigos e organizações internacionais (Cruz Vermelha e UNDRO), nomeadamente para conseguir as tendas necessárias.

— Constata-se que, tanto nesta como em outras situações conhecidas, a solidariedade internacional e o espírito humanitário de entreatajuda têm determinado um apoio e auxílio elevados, mas que sempre demora algum tempo (dias ou semanas) a efectivar-se.

Por vezes, mesmo, sucede que algum auxílio chega após a fase aguda da emergência e é constituído por artigos desnecessários.

— Portugal está interessado em conseguir um pré-planeamento do auxílio exterior previsivelmente necessário, por forma a permitir:

- rapidez e facilidade na formulação do pedido de auxílio, directamente à entidade apropriada;

- redução sensível no tempo gasto para fazer chegar ao local de destino o apoio solicitado;
- o conhecimento dos países e organizações possuidoras dos meios e materiais críticos necessários.

— Deverão ser estabelecidos acordos bilaterais que possibilitem e efectivem o pré-planeamento referido.

Portugal tem vindo a procurar sensibilizar os seus aliados da NATO para esta questão discutindo-a no âmbito do Comité de Defesa Civil, pois é nossa convicção que o pré-planeamento permitirá o salvamento de muitas vidas humanas e a minimização dos prejuízos, e terá consequências positivas na manutenção do potencial de defesa.

4. As Catástrofes nas Grandes Cidades — Um problema de difícil solução

— À medida que os grandes aglomerados urbanos vão crescendo em área e em altura, são acrescidas as dificuldades de garantir aos seus habitantes a protecção das suas vidas e bens na ocorrência de uma catástrofe seja ela natural ou provocada pelo homem.

— Em muitos casos terão mesmo que ser encontradas soluções novas para os riscos também novos ou aumentados que o desenvolvimento das cidades coloca. Essas soluções nem sempre são fáceis de implementar dado exigirem recursos financeiros incomportáveis, sobretudo para as economias débeis.

— Haverá por isso que efectuar um esforço sério na planificação do desenvolvimento urbano tentando evitar, além de outros males, o agravamento dos riscos decorrentes de uma possível catástrofe.

— Sobre este assunto, e considerando a catástrofe guerra, tivemos oportunidade de escutar a exposição brilhante do Sr. Charlier.

5. Catástrofe Sísmica — Um problema de defesa

— As catástrofes naturais mais frequentes em Portugal e que merecem um esforço prioritário são:

- Incêndios florestais
- Inundações
- Sismos

— Particularmente, os sismos representam uma grande preocupação nacional sendo de aceitar como possível, segundo os cien-

tistas, a ocorrência de um terramoto de grandes proporções, nomeadamente em Lisboa (O sismo de 1 de Novembro de 1755 destruiu completamente a cidade tendo provocado cerca de 40 000 mortos numa população de 150 000 habitantes).

— Em Lisboa estão concentrados todos os órgãos de soberania, e grande parte dos serviços dirigentes e dos meios e recursos.

Na área metropolitana da nossa capital residem 2,2 milhões de habitantes (24 % da população) e estão implantados 47 % dos serviços e 40 % da indústria.

— Lisboa está situada numa das regiões de maior risco sísmico do território. Uma catástrofe sísmica, idêntica à de 1755, provocaria enormes destruições e afectaria de forma decisiva e trágica a vida nacional por alguns anos. O problema transcende por isso os níveis local e regional sendo uma responsabilidade nacional.

— A Defesa Nacional globalmente considerada seria nesta possível situação seriamente afectada e a contribuição de Portugal para o esforço global de defesa ficaria comprometido.

— A acção destruidora de um terramoto em Lisboa poderá ser equiparada ou mesmo ser mais gravosa que a devastação provocada por um ataque aéreo convencional.

— Temos como certo que estudar, preparar e implementar as medidas para fazer face a uma catástrofe sísmica é, em Portugal, um primeiro passo importante e possível para poder vir a fazer face a uma catástrofe bélica.

— O SNPC elaborou um «Programa para Minimização do Risco Sísmico» que o Governo aprovou em Abril passado e está presente-mente em franca execução.

— Seguidamente o Ten. Cor. Pais fará uma descrição do referido Programa.

Muito obrigado Sr. Presidente.

PROGRAMA ANTI-SÍSMICO

Em Dezembro de 1980 preparámos um Programa anti-sísmico dividido em 3 fases:

Fase I — Área de Lisboa.
(para ser executada até JUN. 1982)

Fase II — Região de Lisboa e Sul do Algarve.
(para ser executada até JUN. 1983)

Fase III — Restantes áreas do Território Nacional com
risco sísmico.
(para ser executada posteriormente)

Face à diversidade e importância das tarefas a executar, torna-se necessário mobilizar as capacidades de vários departamentos e instituições e sensibilizar os seus responsáveis, o que nem sempre se consegue com facilidade apesar da alta prioridade conferida pelo Governo à execução do Programa.

Não se pretende executar um Programa dispendioso, o que seria insuportável pelas finanças do meu país, mas organizar os meios e recursos da maneira mais inteligente e rentável e potenciar as capacidades existentes no Território Nacional aumentando o grau de prontidão e de operacionalidade das forças de socorro.

O conceito do Programa obedece ao princípio da progressividade e aperfeiçoamento constante. Pretendemos executar, no presente, tudo o que for possível, sem aguardar por estudos técnico-científicos profundos que são lentos e dispendiosos, tendo sempre em mente a intenção de melhorar e aperfeiçoar os estudos de base e a organização e implementação dos meios.

O Serviço Nacional de Protecção Civil foi dotado dos meios financeiros necessários para a execução da Fase I do Programa.

O Programa articula-se em 15 tarefas diferentes. As seis primeiras constituem um grupo de tarefas técnico-científicas com o objectivo de definir as situações de catástrofe sísmica (cenários) possíveis a partir dos quais será possível planear as acções de socorro e assistência a executar.

O segundo grupo de tarefas diz respeito ao estudo das soluções técnicas possíveis no domínio da saúde, alimentação, vestuário, alojamento, movimento das populações, telecomunicações, etc.

Finalmente estaremos em condições de elaborar um plano operacional de emergência e de realizar exercícios e treinos.

Programa de acções imediatas e a prazo para minimização do risco sísmico

FASE 1 — ÁREA DE LISBOA — PRAZO 12 MESES

Tarefa T.1 — Aprovação do Programa pelo Governo. Atribuição da prioridade. Definição do esquema de controle. Concluída com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros 91/81.

Tarefa T.2 — Listagem das lacunas e carências. Concluída.

Tarefa T.3 — Microzonagem de Lisboa.

Com o objectivo de conhecer local a local o risco sísmico.

T.3.1 — Trabalhos de campo de sismologia experimental.

Efectuados pelo INMG em Fev. 81.

T.3.2 — Estudo da sismicidade histórica.

Estudo sistematizado e exaustivo dos sismos mais importantes de que há notícia terem acontecido em Território Nacional.

Está a ser efectuado por técnicos do INMG e pelo Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa.

T.3.3 — Estudo geológico dos solos.

A fim de conhecer melhor o comportamento sísmico dos vários locais da cidade há necessidade de conhecer a constituição geológica dos solos.

Está a ser efectuado por técnicos do INMG e dos Serviços Geológicos de Portugal.

T.3.4 — Estudo da Sismotectónica de Lisboa.

Há necessidade de conhecer globalmente as falhas existentes e o seu trabalho, uma vez que grande parte dos sismos tem origem (epicentros) em falhas activas.

Está a ser efectuado pelo Sr. Professor Doutor António Ribeiro da Faculdade de Ciências e dos SGP.

Tarefa T.4 — Estudo do comportamento sísmico das infraestruturas e dos edifícios.

Inventariação dos edifícios mais importantes, perigosos ou especiais.

Há necessidade de saber como se poderão comportar as infraestruturas e os edifícios da cidade face às solicitações dos sismos, mormente dos edifícios mais importantes, perigosos ou especiais.

Está a ser efectuado por técnicos do LNEC e do SNPC.

Tarefa T.5 — Estudo da Ocupação Socio-Económica.

Há necessidade de saber como a cidade é ocupada e que actividades se desenvolvem durante o dia, a semana, o mês e o ano.
Em organização e planeamento.

Tarefa T.6 — Cenários possíveis e sua caracterização.

Há necessidade, face aos dados colhidos nas tarefas anteriores, de visionar quais os cenários de catástrofe sísmica que se podem apresentar.

Tarefa T.7 — Levantamento expedito dos meios e recursos.

Há necessidade de conhecer os meios e recursos existentes para fazer face à catástrofe sísmica.
É uma tarefa difícil e trabalhosa que na fase inicial se limitará a uma inventariação dos meios e recursos existentes em organismos, instituições e departamentos vários.
Para tanto urge elaborar uma lista dos materiais de primeira necessidade para a catástrofe sísmica por forma a permitir uma inventariação fácil dos mesmos.

Tarefa T.8 — Previsão das necessidades no domínio da emergência médica. Estudo das soluções possíveis.

Face aos cenários possíveis, há necessidade de estudar e planificar as soluções de emergência para o tratamento e hospitalização dos feridos.
Em estudo e organização.

Tarefa T.9 — Recolha, identificação e enterramento dos mortos.

Constitui problema estudar e planear a recolha, identificação e enterramento de grande número de mortos e das medidas profilácticas a adoptar.
Em estudo e organização.

Tarefa T.10 — Estudo dos movimentos das populações e comportamento dos transportes e vias de comunicação.

Importa ter uma visão do que poderá acontecer neste domínio face a uma catástrofe sísmica.
Em estudo e organização.

Tarefa T.11 — Previsão das necessidades em roupas, agasalhos, alojamentos de emergência e alimentação.

Face aos cenários previstos, importa calcular as necessidades mínimas em roupas, agasalhos, alojamentos, alimentação e estudar as soluções possíveis. Em estudo e organização.

Tarefa T.12 — Telecomunicações de emergência — Meios de comunicação social.

Importa estudar este problema quer no que diz respeito às telecomunicações necessárias para o socorro quer à utilização dos meios de comunicação social (TV e Rádio). Em estudo.

Tarefa T.13 — Controle da situação pelo Governo — Locais de alternativa — Centro Operacional.

É imperioso garantir a continuidade da acção dos órgãos de soberania, sendo por isso necessário prever locais de alternativa para o seu funcionamento.

Tarefa T.14 — Plano preliminar anti-sísmico de Lisboa.

No plano de operações constarão medidas de prevenção, de socorro e assistência, de recuperação e reconstrução.

Tarefa T.15 — Realização de um exercício sem participação das populações.

Para testar o plano, rotinar procedimentos e dar a conhecer missões é necessário efectuar um exercício.